

**ACTA**

Aos vinte e um dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, André Guimarães Coelho Lima e António José Salgado Almeida. -----

Não compareceu a Vereadora Luisa Oliveira, cuja falta foi considerada justificada. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – a) - Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “No dia 14 de Janeiro a Sociedade Martins Sarmento emitiu uma nota tornando publica uma ocorrência que tornou mais pobre o nosso património – Um importante núcleo de gravuras rupestres existentes na freguesia de Donim, com um incalculável valor histórico, científico e arqueológico foi irremediavelmente destruído. Citando a nota da SMS “O local foi identificado, a 6 de Novembro de 2006, no jardim de uma pequena moradia daquela Freguesia. No contexto de elaboração de uma publicação científica, técnicos da Sociedade Martins Sarmento dirigiram-se recentemente ao local para realizarem um conjunto de fotografias das gravuras visíveis nas rochas. Encontraram totalmente destruídos dois painéis de gravuras, e parcialmente destruído um terceiro painel, de maiores

dimensões. Este último painel foi afectado pela construção de um muro de cimento, enquanto que os dois primeiros foram destruídos recorrendo ao balde de uma máquina escavadora, sem qualquer motivo que aparentemente pudesse justificar uma destruição por mera ingenuidade. As gravuras mais expressivas, nomeadamente uma notável representação de um zoomorfo (cavalo), foram simplesmente destruídas.” Em declarações prestadas a uma rádio local o arqueólogo da SMS diz que quando em 2006 foram descobertas estas gravuras, foi dado conhecimento à CMG que as sinalizou e inclui no PDM. Comentando este assunto o Sr. Presidente lamentou o ocorrido, mas interessa perguntar-lhe, a Câmara Municipal após tomar conhecimento tomou alguma atitude junto do proprietário do terreno para o notificar do achado e da responsabilidade que teria na sua protecção? Ainda na mesma freguesia existem ainda outros vestígios de arte rupestre o “Penedo da Moura” e o “Penedo dos Sinais”. Estará este património protegido?”

2 – Vereador André Coelho Lima – a) – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “É unânime que Portugal, bem como praticamente todo o mundo ocidental, se encontra a viver um momento de crise transversal e estrutural, que partiu do mundo financeiro e da sua volatilidade, mas que teve o condão de expor algumas das (muitas) fragilidades do nosso sistema económico. Por isso mesmo todos os responsáveis governamentais, municipais, empresariais têm feito a apologia da crise e das dificuldades extraordinárias que ela acarreta no nosso quotidiano, exigindo-nos sacrifícios, preparando-nos para um período alargado de contenção, avisando-nos que vai ser necessário um esforço de todos nós, cidadãos, empresas e entidades públicas, para



conseguirmos ultrapassar o momento de crise que presentemente atravessamos, sem fazer disparar o défice como tem sucedido nos últimos anos. Tudo isto temos ouvido insistentemente de diversas proveniências, e igualmente a nível local, onde têm sido ouvidos insistentes clamores de contenção por parte dos responsáveis municipais, onde a crise e o momento de dificuldades que presentemente vivemos tem servido de argumento para medidas excepcionais. A tudo isto ainda acresce o desemprego que tem conhecido subidas galopantes, particularmente em Guimarães, onde atinge cifras que representam o dobro da média nacional. Ora em face deste cenário, não apenas por uma questão de exiguidade e menor disponibilidade de meios financeiros, como sobretudo por uma questão de mensagem política, o que é de esperar dos donos das empresas, dos políticos, dos governantes em geral, é que sejam solidários para com o momento que atravessamos, que sejam solidários com as pessoas que estão no desemprego, que sejam sobretudo solidários com o esforço que pedem à população, fazendo-o igualmente, nas suas empresas, nos seus negócios, nos locais que lideram, emagrecendo estruturas, expurgando as chamadas "gorduras" das organizações, tornando-as mais magras, mais ágeis, fazendo no fundo aquilo que é pedido aos cidadãos e empresas deste país que façam. Com isto concorda certamente a Câmara Municipal, que numa circular interna dirigida aos seus trabalhadores, para justificar uma das referidas medidas excepcionais, neste caso o não pagamento dos prémios de desempenho, a Câmara disse que "os próximos anos afiguram-se de grandes dificuldades económicas. Assim, a garantia da capacidade do município para cumprir com as suas obrigações perante os vimaranenses e, também, perante os seus colaboradores, exige-nos, antecipando essas dificuldades, grandes

cautelas na gestão dos recursos disponíveis e uma total concentração na manutenção da robustez das finanças municipais.” No entanto, a verdade é que se verifica que o floreado discursivo não é acompanhado por actuação idêntica. O sacrifício que se pede a uns, não é pelos vistos suportado por todos. Vejamos: No decurso do mandato anterior, o executivo da Câmara dispunha, no total, de 6 assessores nos respectivos gabinetes de apoio pessoal (entendendo-se por assessores os adjuntos e secretários). Para este mandato, dispõe de catorze 14 assessores. No decurso do mandato anterior, ou melhor, em 2009, a Câmara de Guimarães gastava €12.818,94/mês com pessoal de apoio ao Presidente da Câmara e Vereadores com pasta; em 2010, a mesma Câmara com o mesmo número de Vereadores, gasta €29.810,96/mês com pessoal de apoio ao Presidente da Câmara e Vereadores com pasta. Em 2009, a Câmara de Guimarães gastava €179.465,16/ano com pessoal de apoio ao Presidente da Câmara e Vereadores com pasta; em 2010, a mesma Câmara gasta €418.752,04/mês com pessoal de apoio ao Presidente da Câmara e Vereadores com pasta. Isto, ainda que possa não ser um valor líquido face aos novos assessores que tinham já uma relação jurídica de emprego com a Câmara, representa ainda assim um aumento de 133% de encargos do Município com assessoria do Presidente de Câmara e Vereadores com pasta. Isto significa que a Câmara de Guimarães, em pleno epicentro da crise, vai gastar mais €17.000/mês (€17.091,92) e mais €240.000/ano (€239.286,88) em pessoal de assessoria, do qual pelos vistos, em mandatos anteriores, não se sentia necessidade. Estamos a falar dum encargo, para o Município de Guimarães, durante este mandato, de mais €1 milhão (€957.147,52) do que no mandato anterior!! A pergunta que é legítimo que se faça é: o que mudou



do mandato anterior para o actual? O que fez com que no mandato anterior nenhum dos vereadores com pasta tivesse pessoal afecto (para além do Vice-Presidente da Câmara), e agora todos o tenham e pela totalidade do que é permitido? O que justifica que em circular interna, a Câmara tenha dito aos trabalhadores que estava em causa a capacidade do município para cumprir com as suas obrigações perante os vimaranenses e, também, perante os seus colaboradores para justificar o não pagamento de prémios, e por outro lado onere o mandato com mais € 1 milhão euros em assessorias, isto só no que respeita ao aumento do encargo face ao suportado no passado. Terá alguma coisa que ver com a coincidência de grande quantidade dos novos assessores terem em comum a filiação partidária? Sendo que, convém lembrar que o partido vencedor dispõe agora de mais um vereador do que no mandato anterior, o que significa que existem funções que estavam sob a alçada de algum vereador que foram agora distribuídas ao 7º vereador eleito nas listas do PS. E nem a CEC/2012 serve de argumento porque, como todos sabemos, para gestão da CEC/2012 está constituída e em pleno funcionamento a Fundação Cidade de Guimarães. Sem questionar a legitimidade da nomeação de todos estes assessores e pessoal político, que sabemos estar dentro do limite (embora no limite) permitido pela lei, a verdade é que a Câmara como entidade pública representativa de todos os Vimaranenses, não pode dizer uma coisa e praticar outra, não pode utilizar um argumento para os seus trabalhadores e ter outra prática com os seus gestores, não pode exigir sacrifícios e não os praticar no seu seio, não pode no fundo ter um comportamento que não é demonstrativo de sentido de responsabilidade. A Câmara de Guimarães é uma entidade pública. Representa Guimarães e os Vimaranenses. A

responsabilidade das suas posturas, a obrigatoriedade de que o seu discurso corresponda à sua prática, é uma inevitabilidade. Pela parte do PSD, condenamos veementemente, não apenas uma postura que contraria a retórica discursiva, uma prática absolutamente desaconselhável ao nível da gestão dos recursos humanos, como sobretudo, uma atitude condenável na falta de solidariedade para com a população, que se transmite num momento que pelos vistos todos reconhecemos, embora nem todos pratiquemos, ser de crise transversal a toda a sociedade, seja ela pública ou privada. **3 – Vereador António Salgado Almeida – a)** – Reclamou uma intervenção urgente de reabilitação dos edifícios dos Bairros Sociais de Gondar e Atouguia, referindo que os moradores não vão sentir a Capital Europeia da Cultura 2012 se os Bairros onde vivem não forem requalificados. Sugeriu, assim, que a Câmara realizasse obras em substituição da entidade proprietária. **4 – Presidente da Câmara – a)** – Sobre a degradação dos Bairros Sociais do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana disse que a Câmara comunicou, oportunamente, que aceitaria este património com financiamento do Governo, não podendo, todavia, assumir as obras em sua substituição. Adiantou, ainda, que a referida entidade já manifestou a intenção de beneficiar aqueles edifícios; **b)** – Sobre as questões dos danos patrimoniais disse que a Câmara tinha feito aquilo que era sua obrigação, tendo, inclusive, disponibilizado o seu Arqueólogo para acompanhar o processo. Acrescentou que na próxima reunião de Câmara traria uma informação mais detalhada sobre o assunto; **c)** – Sobre os prémios de desempenho esclareceu que o que estava na génese desta decisão consta de proposta da ordem de trabalhos desta reunião de Câmara. Quanto ao número de membros dos gabinetes de apoio pessoal deu



esclarecimentos sobre a necessidade deste pessoal, informando que a grande maioria são trabalhadores da Câmara que estão actualmente providos nestes cargos, e que muitos deles não têm qualquer filiação político-partidária. -----

----- INFORMAÇÕES -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Disse que, desde a última segunda-feira, o sítio do Município de Guimarães passou a contar com uma nova funcionalidade designada de “Esclareça Online”, que consiste num Balcão Virtual de apoio ao Balcão Único de Atendimento (BUA) e que permite aos utentes, em tempo real, ver respondidas as suas questões sobre matérias habitualmente tratadas no Balcão Único, tendo-se já várias pessoas que utilizaram este serviço. -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- INFORMAÇÕES -----

1 - Dos ofícios da Assembleia Municipal números 199 a 205 e 207, datados de 21 de Dezembro de 2009, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 26 de Novembro, das seguintes propostas: **a)** – “Mapa de Pessoal 2010”; **b)** – “Alteração de Trânsito – Freguesia de Selho S. Jorge”; **c)** – “Alteração de Trânsito na Rua Coradeiras de Cima – Freguesia de Fermentões”; **d)** – “Alteração de Trânsito – Freguesia de Nespereira”; **e)** – “Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanística”; **f)** – “Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães, para o ano de 2010”; **g)** – “Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em Liquidação, para o ano de 2010”; **h)** – “Pedido de Autorizações à Assembleia Municipal relativas à execução do Plano de Actividades de 2010”; **2** – Do ofício da Cooperativa

Turipenha remetendo, para conhecimento, o Plano de Actividades e Orçamento para 2010, aprovado em Assembleia-Geral realizada no passado dia 29 de Dezembro, que se encontra disponível na Secretaria-Geral para consulta; **3** – Do Acordo de Integração de Infra-estruturas no Sistema da Resinorte, celebrado entre a Associação de Municípios do Vale do Ave e a RESINORTE Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA, que se encontra disponível na Secretaria-Geral para consulta; **4** – Da seguinte informação do Presidente da Câmara: “**INSPECÇÃO ORDINÁRIA AO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – PROCº Nº 30800 – IGAL (INSPECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL) – RELATÓRIO PARCELAR Nº 1** – Tenho a informar a Câmara Municipal que foi recebido, no passado dia 13 de Janeiro, a Relatório Parcelar nº 1 da IGAL – Inspecção-Geral da Administração Local – relativo à Inspecção ordinária/sectorial em epígrafe, o qual se encontra disponível, para consulta dos Senhores Vereadores, na Secretaria Geral desta Câmara Municipal, não podendo o seu teor ser divulgado fora do âmbito dos Órgãos deste Município, por a matéria averiguada ser de natureza sigilosa. Nos termos da lei, pode a Câmara Municipal, no prazo de 15 dias, pronunciar-se quanto ao teor do referido Relatório”; **5** – De uma informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico relativa ao ponto de situação do desenvolvimento processual das infra-estruturas físicas previstas no âmbito da Capital Europeia de Cultura 2010, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas; **6** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 14 de Janeiro de 2010, que aprovou a conta final da obra designada por “Reperfilamento da E.N. 206 – Silvaes, de acordo com a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: “1



- Por despacho do Vereador com poderes delegados, Dr. Domingos Bragança, datado de 25 de Fevereiro de 2009, foi a empreitada em título adjudicada à empresa "M. Couto Alves S.A.", pelo valor de €166 263,24 (cento e sessenta e seis mil duzentos e sessenta e três euros e vinte e quatro cêntimos); 2 - O valor final dos trabalhos é de €166 263,24 (cento e sessenta e seis mil duzentos e sessenta e três euros e vinte e quatro cêntimos) + IVA. 3 - Nesta empreitada, verificou-se a existência de €112,42 + IVA de Trabalhos a Menos, correspondendo a trabalhos que não foram executados, por não terem sido esgotadas as quantidades previstas em projecto. Estes trabalhos a menos correspondem a uma percentagem de 0,07 %. 4 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €166.263,24 + IVA e do Auto final no valor de €21 856,37 + IVA. 5 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 6 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art. 1º do DL nº6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 7 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. Não há lugar a Revisão de Preços com índices provisórios uma vez que a variação dos coeficientes de actualização é inferior a 1%. 8 - Para cumprimento do disposto no artº 399º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o nº1 do artº 401º do mesmo diploma, foi enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada."-----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA
REALIZADA EM 7 DE JANEIRO DE 2010. DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. --

**OBRAS PÚBLICAS – NOVO RECINTO DA FEIRA SEMANAL –
ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO –**

Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, bem como a correspondente minuta do contrato. O Relatório Final propõe que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente “M. Couto Alves, S.A.”, pelo preço de €1.545.479,16 (um milhão quinhentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e setenta e nove euros e dezasseis cêntimos) + IVA, para um prazo de execução de 240 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. A aprovação da presente minuta fica condicionada à sua aprovação pelo adjudicatário após prestação da caução respectiva, nos termos do nº 1, do art. 98º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, considerando-se definitivamente aprovada se, após aquela data, o adjudicatário não introduzir quaisquer alterações. O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR MAIORIA. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas PSD votaram contra o ponto 3 da agenda desta reunião pelas seguintes razões: 1 - São públicas as opiniões do PSD de Guimarães e dos seus autarcas sobre a decisão da Câmara Municipal de Guimarães de realizar um investimento de raiz num novo recinto para a feira semanal. 2 - As referidas opiniões, aliás,



obtiveram consagração no programa eleitoral apresentado pelo PSD aos vimaranenses nas últimas eleições autárquicas. 3 - O PSD entende que seria perfeitamente possível encontrar uma solução definitiva para a feira semanal recorrendo a um dos espaços físicos já existentes no nosso concelho, evitando-se, dessa forma, o avultado investimento de raiz que está a ser feito. 4 - Acresce que este investimento no novo recinto da feira semanal, tendo em conta o local em que é feito, visa, sobretudo, tentar remediar um erro político, económico, orçamental e financeiro: a deslocação do mercado municipal". -----

OBRAS PÚBLICAS – ARRANJO URBANÍSTICO DA RUA DE CAMÕES, TRAVESSA DE CAMÕES, RUA DR. BENTO CARDOSO E RUA DA LIBERDADE – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente, para aprovação, o Relatório

Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, bem como a correspondente minuta do contrato. O Relatório Final propõe que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente "M. Couto Alves, S.A.", pelo preço de €764 596,72 (setecentos e quarenta e seis mil quinhentos e noventa e seis euros e setenta e dois cêntimos) + IVA, para um prazo de execução de 300 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. A aprovação da presente minuta fica condicionada à sua aprovação pelo adjudicatário após prestação da caução respectiva, nos termos do nº 1, do art. 98º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, considerando-se definitivamente aprovada se, após aquela data, o adjudicatário não introduzir quaisquer alterações. O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO ESCOLAR DE PONTE –

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 12 de Janeiro de 2010, que aprovou a repartição de encargos da obra em epígrafe, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2010 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €2.000.000,00 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.1.1.2.63. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “Alberto Couto Alves, S.A.” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 11 de Janeiro de 2010, pelo preço de €3.729.000,00 (três milhões setecentos e vinte e nove mil euros) + IVA, e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2010** – €1.888.992,77 + IVA = €1.983.442,41; **Ano de 2011** – €1.840.007,23 + IVA = €1.932.007,59”. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – CENTRO ESCOLAR DE PONTE – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, bem como a correspondente minuta do contrato. O Relatório Final propõe que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente “Alberto Couto Alves, S.A.”, pelo preço de €3.729.000,00 (três milhões setecentos e vinte e nove mil euros) + IVA, para um prazo de execução de 365 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. A aprovação da presente minuta fica condicionada à sua aprovação pelo adjudicatário após prestação da caução respectiva, nos termos do nº 1, do art. 98º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, considerando-se definitivamente aprovada se, após aquela data, o adjudicatário não introduzir quaisquer alterações. O



relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – AMPLIAÇÃO DA ESCOLA EB1/JI DO MONTE – GUARDIZELA – ADJUDICAÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO

– Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, bem como a correspondente minuta do contrato. O Relatório Final propõe que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente “Costeira Empreiteiros – Soc. De Construções, S.A.”, pelo preço de €1.520.399,37 (um milhão quinhentos e vinte mil trezentos e noventa e nove euros e trinta e sete cêntimos) + IVA, para um prazo de execução de 240 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. A aprovação da presente minuta fica condicionada à sua aprovação pelo adjudicatário após prestação da caução respectiva, nos termos do nº 1, do art. 98º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, considerando-se definitivamente aprovada se, após aquela data, o adjudicatário não introduzir quaisquer alterações. O relatório final e a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PARTICULARES – PROCESSO DE LICENCIAMENTO N.º 896/07 – RECURSO PARA O PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL

– Presente a seguinte informação do Departamento de Gestão Urbanística: “MANUEL PEREIRA DE FREITAS, titular do processo de licenciamento nº 896/07, e ora recorrente, tendo apresentado um pedido de legalização de ampliação e alterações efectuadas durante a construção do edifício, anexo e muro de vedação, objectos do Alvará de Licenciamento de

Alteração/Construção nº 268/08, sito na Travessa do Outeiro, nº 25, freguesia de Gondar, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães, sob o nº 00132 e inscrito na matriz urbana da respectiva freguesia, sob o artigo 272, não se conformando com o despacho de indeferimento obtido, datado de 07 de Outubro de 2009, vem interpor recurso para o Plenário da Câmara Municipal. **1. O PROCESSO DE LICENCIAMENTO** – Em 31 de Outubro de 2007, o aqui recorrente apresentou projecto para legalização da remodelação e ampliação de um prédio destinado a habitação unifamiliar, assim como a construção de um anexo (abrigo coberto para automóveis) e ainda remodelação do muro frontal. Posteriormente, em 3 de Dezembro de 2007, apresentou um pedido de revisão do processo, no qual vem rectificar o desenho do muro frontal, por forma a que as cotas de soleira dos portões mantenham a inclinação existente da rua. O projecto de arquitectura referente a este processo de legalização veio a ser aprovado em 10 de Dezembro de 2007, após ter sido comprovada a antiguidade do edifício em causa, tendo o processo sido deferido em 28 de Fevereiro de 2008, e emitido o respectivo Alvará de Licenciamento de Alteração/Construção nº 268/08, em 11 de Março de 2008. Através de requerimento que deu entrada nos serviços a 08 de Julho de 2009, o aqui recorrente solicitou o licenciamento das obras referentes a alterações efectuadas durante a construção, nomeadamente ampliação das varandas, cobertura da varanda existente no alçado principal e ainda legalização do muro posterior, sendo que "...relativamente ao muro frontal, este inicialmente estava licenciado para ser paralelo à rua, com a altura de 1,20 m, quando foi executado não cumpriram o projecto, ficando com uma altura variável, ..." Este pedido foi analisado pelos serviços técnicos, tendo sido prestada



uma informação, datada de 27 de Julho de 2009, manifestando parecer desfavorável no que respeita ao muro frontal, por se verificar ter sido alterada a cota do arruamento público, propondo a rejeição de tal situação e propondo, em alternativa à solução apresentada, a resolução da inclinação dentro dos limites da propriedade do requerente. Na sequência desta informação e, no exercício do direito de audiência dos interessados, foi o requerente notificado, através de ofício datado de 29 de Julho de 2009, para, querendo, se pronunciar por escrito sobre o conteúdo de tal informação, no prazo de 20 dias úteis. Em cumprimento de tal notificação o ora recorrente veio, em 13 de Agosto de 2009, requerer a reapreciação do processo, apresentando uma declaração da Junta de Freguesia de Gondar, manifestando a sua concordância com a solução apresentada pelo Sr. Manuel Pereira de Freitas, isto é, considera que a repavimentação da rua é a solução para correcção das diferenças de cota. Após reapreciação do pedido, a equipa técnica decide manter o seu parecer desfavorável, considerando que o requerente propõe a adaptação do domínio público sem a constituição de qualquer mais valia para o local, servindo unicamente os seus propósitos, em benefício da sua pretensão, remetendo a decisão final à consideração superior. Em 24 de Agosto de 2009, foi proposto ao requerente que resolvesse o problema da inclinação dentro da sua propriedade, nomeadamente recuando ligeiramente o portão de entrada de veículos. O ora recorrente é notificado do teor desta informação, através de ofício datado de 26 de Agosto de 2009 e, não tendo apresentado qualquer alegação, em 07 de Outubro de 2009, o pedido foi indeferido e comunicado ao requerente através de ofício datado de 13 de Outubro de 2009. Por fim, através de requerimento que deu entrada nos serviços em 23 de Novembro

de 2009, o aqui recorrente apresentou o recurso que agora se analisa. **2. ALEGAÇÕES:** O titular do processo alega, em suma: a) Que a alteração da cota da rua em causa decorre das suas próprias características, nomeadamente o seu estado irregular, sendo que a solução passaria pela respectiva pavimentação, corrigindo assim a diferença de cota; b) Que a própria Junta de Freguesia de Gondar declarou concordar com a repavimentação da rua, considerando uma solução para a correcção das respectivas diferenças de cota; c) Que não se verifica qualquer queixa dos vizinhos; d) Que esta é a única solução possível, verificando-se uma mera alteração de cota, sem qualquer alteração estética da rua e da zona envolvente. **3. CONSIDERAÇÕES** - A obra executada encontra-se em desconformidade com o projecto aprovado. O titular do processo reconhece a existência de tais desconformidades decorrentes do não cumprimento das premissas inerentes ao deferimento de tal licenciamento. Estas premissas foram apresentadas pelo próprio, nomeadamente no que se refere à manutenção da inclinação existente na rua, aquando um pedido de revisão do processo, em 3 de Dezembro de 2007. Vem agora propor uma solução que provoca uma distorção da cota da rua em causa, Travessa do Outeiro, quer actualmente, quer numa futura repavimentação, sendo que o único beneficiário é o próprio, verificando-se a satisfação do seu interesse particular, em detrimento do interesse colectivo e público. Ora, as informações do Departamento de Gestão Urbanística apontam para uma solução que ocasiona um custo mínimo para o requerente, sendo possível a correcção do desnível em causa no interior da sua propriedade, sem qualquer alteração no muro. **4. CONCLUSÃO** - Em face do exposto, verifica-se que o recurso interposto se apresenta, a final, sem fundamentação válida, quer de facto, quer



de direito, pelo que o despacho de indeferimento posto em crise será de manter, porquanto não infringiu qualquer norma legal e se encontra ajustado ao caso em apreço". O recurso hierárquico dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador António Salgado Almeida. -----

CONCURSO PÚBLICO N.º 06/2009 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA – RECURSO HIERÁRQUICO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO – Presente a

seguinte informação da Chefe da Divisão Administrativa: "No âmbito do processo de concurso público supra identificado, e na sequência da notificação do relatório final onde se propunha a adjudicação da prestação de serviços a RONSEGUR – Rondas e Segurança, Lda., a concorrente Grupo 8 – Vigilância e Prevenção, Lda. apresentou, no prazo que a lei lhe confere, um recurso hierárquico no qual alega, em suma, que devem ser excluídas do concurso as propostas apresentadas pelas concorrentes RONSEGUR e FIR – Segurança e Vigilância, Lda. porquanto ambas se propõem executar o serviço objecto do concurso recebendo como contrapartida um valor inferior ao preço de custo dos referidos serviços, conforme documento que se junta à presente informação como **doc. 1**. Na sequência deste recurso foram notificadas as restantes concorrentes para se pronunciarem quanto ao seu teor. Apenas a RONSEGUR se pronunciou, nos termos constantes do documento que se junta como **doc. 2**. Uma vez que os argumentos expendidos pelas duas concorrentes são contraditórios, foi solicitada análise técnica ao Sr. Dr. Luís Teixeira e Melo. Nesta sequência, foi emitido parecer jurídico que se anexa como **doc. 3**, que conclui no sentido de dever ser dada procedência ao recurso hierárquico interposto, mas apenas na

parte que respeita à concorrente RONSEGUR, uma vez que, em face do que esta concorrente alegou no contraditório ao exposto no recurso hierárquico, se prevê que, aquando do início da execução do contrato, irá cometer uma ilegalidade resultante do incumprimento das regras legais que a vinculam e que disciplinam as relações jurídicas que se estabelecerão entre a mesma e os trabalhadores que actualmente se encontram ao serviço nos equipamentos municipais, ao abrigo do contrato celebrado com a entidade que assegurava este serviço. Deste modo, e considerando que o órgão com competência para a decisão de contratar é a Câmara Municipal, propõe-se, ao abrigo do disposto no n.º 2, do art.º 271.º, do Código dos Contratos Públicos, que o recurso hierárquico seja submetido a apreciação e votação da Câmara Municipal. Mais se informa que, em caso de deferimento do recurso hierárquico, o processo deve ser remetido ao júri do concurso para diligenciar em conformidade com as disposições legais aplicáveis". Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

JUNTAS DE FREGUESIA – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS –

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara e a Assembleia Municipal votaram o Plano e Orçamento para 2010 que contém uma verba de €455.218,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil duzentos e dezoito euros) a distribuir proporcionalmente, tendo em conta os indicadores das transferências do Estado, pelas sessenta e nove Freguesias do Concelho. Os montantes a transferir para cada Freguesia estão descritas no mapa de "Transferências para as Freguesias", que estão em anexo ao documento do Plano e Orçamento para 2010. É essa proposta que agora se submete para votação, visando com



ela disponibilizar meios às freguesias para, em consonância com a Câmara, executarem tarefas na área geográfica do seu território, nomeadamente para realização das pequenas obras de conservação e reparação em edifícios escolares (nomeadamente de vidros, pequenos trabalhos de electricidade e pichelaria etc.) tarefas relativas a reparações e manutenção da rede viária concelhia (limpeza de bermas e aquedutos), pagamento de renda e condomínio dos edifícios da Sede da Junta de Freguesia. A afectação das transferências agora proposta, associadas a essas responsabilidades justifica-se pela proximidade das Juntas de Freguesias com a realidade local, tornando mais célere e eficaz a resolução de problemas de pequena dimensão que por si só não justificam a intervenção de uma estrutura centralizada. Os montantes agora em questão serão pagos até ao final do ano em curso e mediante a correspondente verificação da sua execução, por parte dos serviços técnicos da Câmara". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE OLIVEIRA DO CASTELO – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS – ALTERAÇÃO –

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães em reunião realizada em 5 de Março de 2009, deliberou conceder à Junta de Freguesia de Oliveira do Castelo a verba de €4.457,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e sete euros) destinada à realização de obras na área geográfica da freguesia. Como a Junta de Freguesia de Oliveira do Castelo efectuou despesas que não se enquadram no espírito da deliberação referida e atendendo à especificidade das Juntas de Freguesia da cidade proponho, que uma parte dessa verba, no montante de €2.034,00 (dois mil e trinta e quatro euros) seja

aplicada no pagamento do condomínio da Sede da Junta de Freguesia e na renda relativa ao espaço do armazém que se encontra alugado, e a restante no valor de €2.423,00 (dois mil quatrocentos e vinte e três euros) à realização das obras, conforme facturas apresentadas”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 08.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE ALDÃO –
EXECUÇÃO DAS OBRAS DE BAÍA DE ESTACIONAMENTO NA
RUA DE S. MAMEDE; ALARGAMENTO DA RUA ALFREDO
PIMENTA (FRENTE À IGREJA); ADAPTAÇÃO DA IGREJA
ANTIGA PARA A CAPELA MORTUÁRIA – REFORÇO DE VERBA**

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Em sua reunião realizada em 23 de Abril de 2009, a Câmara Municipal delegou na Junta de Freguesia de Aldão a execução das obras acima designadas, pelo valor de €7.528,99. A Junta de Freguesia executou a obra de baías de estacionamento na Rua de S. Mamede, pelo montante de €5.384,64. A verba sobrança, no valor de €2.144,35 foi aplicada na obra de alargamento da rua Alfredo Pimenta (frente à Igreja). De acordo com a informação prestada pelo Departamento de Obras Municipais, o custo total da obra de alargamento da Rua Alfredo Pimenta (frente à Igreja), foi de €15.864,84, em muito superior à verba que lhe foi afecta. Assim, e para fazer face às despesas que a Junta teve com a execução da obra, proponho a atribuição de um reforço de verba, no valor de €13.720,00 à Junta de Freguesia de Aldão”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE CORVITE –



**PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS –
AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO E REQUALIFICAÇÃO DA
ENVOLVENTE DA IGREJA – REFORÇO DE VERBA –**

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Em 23 de Abril de 2009 foi celebrado, na sequência de deliberação de reunião de Câmara da mesma data, o Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Corvite para a execução da obra de “Ampliação do Cemitério e Requalificação da Envolvente da Igreja”, tendo sido concedida, para o efeito, uma verba até ao montante de €6.503,51. A Junta de Freguesia de Corvite afectou esta verba apenas à execução de obras de ampliação do cemitério, tendo posteriormente em reunião de 23 de Julho de 2009 sido atribuído por esta Câmara Municipal, um reforço de verba no valor de €96.129,97 pois, segundo informação do Departamento de Obras Municipais, os trabalhos executados ultrapassavam em muito a verba inicialmente atribuída. Vem agora a Junta de Freguesia de Corvite junto desta Câmara Municipal informar que já executou as obras de requalificação da área envolvente à igreja da freguesia, solicitando um reforço de verba no valor de €9.900,00 acrescido do IVA à taxa de 5% o que perfaz o total de €10.395,00, pelo que apresenta orçamento fornecido pelo empreiteiro naquele valor. Porque entendemos tratar-se de uma obra prioritária e que se integra na requalificação do centro cívico da freguesia, proponho a atribuição, à Junta de Freguesia de Corvite, da verba de €10.395,00”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE AIRÃO SANTA MARIA – ARRANJO URBANÍSTICO DO ESPAÇO EXTERIOR À SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA, DENOMINADA RUA DAS

BOUCINHAS – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Junta de Freguesia de Airão Santa Maria solicitou a este Município um apoio para a execução da obra acima designada. O Departamento de Obras Municipais efectuou uma quantificação dos trabalhos executados, cujo valor se estima em €36.750,73. No entanto, a Junta de Freguesia apresenta, também, uma factura referente aos honorários do projecto, no valor de €4.800,00. Assim, submete-se à aprovação do Executivo a atribuição de um apoio à Junta de Freguesia de Airão Santa Maria, no valor de €41.550,00 (quarenta e um mil quinhentos e cinquenta euros), dado tratar-se de uma obra enquadrada nas prioridades definidas pela Câmara”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

CONTRATO DE ENTREGA E RECEPÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) E DE RECOLHA SELECTIVA PARA A VALORIZAÇÃO, TRATAMENTO E DESTINO FINAL CELEBRADO COM A RESINORTE – Presente a seguinte

proposta: “Em reunião da Câmara Municipal realizada em 12 de Maio de 2009, foi deliberado submeter a aprovação da Assembleia Municipal a adesão ao SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE TRIAGEM, RECOLHA, VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO NORTE CENTRAL, adiante designado apenas por SISTEMA, e a minuta do contrato de entrega e recepção de resíduos sólidos urbanos (RSU) e de recolha selectiva para a valorização, tratamento e destino final a celebrar posteriormente com essa sociedade, que se anexa à presente proposta como **doc.**

1. Foi ainda dado conhecimento nessa mesma reunião da futura constituição de uma sociedade anónima adjudicatária da concessão do SISTEMA. A Assembleia Municipal, em sua sessão de



29 de Junho de 2009, deliberou aprovar aquela proposta da Câmara Municipal. Nesta sequência, foi criada, pelo Decreto-Lei n.º 235/2009, de 15 de Setembro, a Sociedade RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos, SA, adjudicatária da concessão do SISTEMA, e aprovados os respectivos estatutos. O art.º 12.º deste diploma legal refere que a articulação entre o SISTEMA e o Sistema correspondente de cada um dos municípios utilizadores é assegurada através de contratos de entrega, recepção e promoção de recolha selectiva ou de recolha indiferenciada e do seu adequado processamento a celebrar entre a RESINORTE, enquanto concessionária, e cada um dos municípios. Para cumprimento deste normativo legal a Sociedade contactou o Município de Guimarães e apresentou uma minuta do contrato com algumas alterações em relação à minuta inicialmente aprovada pelos dois órgãos deste Município, alterações essas que resultaram da consulta efectuada junto dos diversos municípios que integram o SISTEMA. Nesta conformidade, foi solicitada a análise da nova minuta ao Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente (DSUA) que, através de informação técnica prestada no passado dia 30 de Dezembro, que igualmente se anexa como **doc. 2**, conclui que as alterações ora introduzidas apenas concretizam e clarificam alguns conceitos, em nada desvirtuando a minuta inicial, não constituindo, por isso, impedimento para que o contrato fosse assinado, o que veio a suceder no dia 31 de Dezembro de 2009. No entanto, e a exemplo dos procedimentos adoptados por alguns dos Municípios aderentes ao SISTEMA, proponho que a Câmara Municipal ratifique o contrato celebrado com a RESINORTE, no passado dia 31 de Dezembro, com as alterações então introduzidas, conforme documento que se junta em anexo como **doc. 3**". Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e

ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS – REVISÃO DO REGULAMENTO DE APOIO À ACTIVIDADE EDITORIAL – Presente a seguinte proposta:

“Aprovado e implementado em 1996, o Regulamento de Apoio à Actividade Editorial tem-se revelado um importante instrumento no que toca aos fins que presidiram à sua criação: apoiar financeiramente a divulgação e promoção de autores emergentes e de edições de autor, sem intuítos exclusivamente comerciais, que contribuam para a vivificação cultural de Guimarães e para a diversificação da sua oferta literária, assim encorajando a criação literária e viabilizando o aparecimento e afirmação de novos autores. A experiência acumulada ao longo destes anos, durante os quais foi apoiada a edição de 84 obras de que se adquiriram 3.675 exemplares, aconselha a revisão daquele regulamento, tornando-o mais claro, conciso e rigoroso, sem contudo perder de vista os princípios que lhe estão na origem. Deste modo, proponho a aprovação da revisão do Regulamento de Apoio à Actividade Editorial, de acordo com o anexo, submetendo-o posteriormente a discussão pública e posterior aprovação pela Assembleia Municipal”. O Regulamento de Apoio à Actividade Editorial dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR**

SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. O Vereador **André Coelho Lima** solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse transcrita em acta. Assim, disse que a Câmara Municipal de Guimarães deveria assumir uma postura pró-activa na designação das áreas científicas que importam ao concelho, na definição dos vectores do conhecimento que urgem ser apoiados, perguntando se não terá relevância uma articulação



com a filosofia programática da Capital Europeia da Cultura. De seguida, apresentou as seguintes sugestões de alteração ao Regulamento proposto: "1 – O art. 4º nº1 do regulamento de apoio à actividade editorial refere a integração, na Comissão de Selecção, de *"um membro da Comissão de Ensino, Cultura e Desporto da Assembleia Municipal de Guimarães"*. Pergunta-se: a) Quem nomeia este membro da Comissão? A AM ou a própria Comissão? Sugere-se: Acrescentar à linha relativa à linha relativa ao membro da Comissão a seguinte expressão: *"um membro da Comissão de Ensino, Cultura e Desporto da Assembleia Municipal de Guimarães nomeado pela própria Comissão"*. 2 – Pensamos que se impõe um acompanhamento político permanente dos apoios concedidos, mediante relatórios com periodicidade pré-determinada. Sugere-se: Acrescentar um artigo que determine que a CMG elabore um relatório quinquenal do qual conste a discriminação da aquisição das obras literárias, por ano, por título, por autor e por número de exemplares adquiridos". -----

REGULAMENTOS – REVISÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO

– Presente a seguinte proposta: "Consciente do papel que lhe cabe no estudo, promoção, preservação e defesa do património concelhio, a Câmara Municipal de Guimarães aprovou e implementou em 1995 o Regulamento de atribuição de Bolsas de Investigação, através do qual foram apoiados 13 projectos de investigação com um montante global superior a €60.000,00. A experiência acumulada ao longo destes anos aconselha a revisão daquele regulamento, tornando-o mais claro, conciso e rigoroso, sem contudo perder de vista os princípios que lhe estão na origem: continuar a suscitar entre a população de Guimarães o interesse pela investigação das suas tradições e pela criação cultural, subsidiando pesquisas sobre

temas da História, da Etnografia, Antropologia, Ecologia e outros de interesse municipal. Deste modo, proponho a aprovação da revisão do Regulamento de atribuição de Bolsas de Investigação, de acordo com o anexo, submetendo-o posteriormente a discussão pública e posterior aprovação pela Assembleia Municipal". O Regulamento de Atribuição de Bolsa de Investigação dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima. O Vereador **André Coelho Lima** solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse transcrita em acta. Assim, disse que a Câmara Municipal de Guimarães deveria assumir uma postura pró-activa na designação das áreas científicas que importam ao concelho, na definição dos vectores do conhecimento que urgem ser apoiados, perguntando se não terá, por exemplo, relevância uma articulação com a filosofia programática da Capital Europeia da Cultura. De seguida, quis saber porque se indicou um elemento da Sociedade Martins Sarmento e não da Fundação Martins Sarmento. Por último, apresentou as seguintes sugestões de alteração ao Regulamento proposto: "1 – O art. 3º nº1 do regulamento de apoio à actividade editorial refere a integração, na Comissão de Selecção, de *"um membro da Comissão de Ensino, Cultura e Desporto da Assembleia Municipal de Guimarães"*. Pergunta-se: a) Quem nomeia este membro da Comissão? A AM ou a própria Comissão? Sugere-se: Acrescentar à linha relativa ao membro da Comissão a seguinte expressão: *"um membro da Comissão de Ensino, Cultura e Desporto da Assembleia Municipal de Guimarães nomeado pela própria Comissão"*. 2 – No Regulamento de Apoio à Actividade Editorial, sugere-se a integração, na Comissão de



Seleccção, de *“um representante do maior partido da oposição com assento no executivo municipal”*, membro que é abolido, sem se perceber bem porquê. Por outro lado, faria sentido a integração de um representante do Museu de Alberto Sampaio, atenta a similitude da acção desta instituição, por exemplo, com a Sociedade Martins Sarmento, mantendo-se assim o número ímpar de membros da referida Comissão. Sugere-se: a) Acrescentar a participação de um representante do maior partido da oposição com assento no executivo municipal talqualmente sucede no Regulamento de Apoio à Actividade Editorial; b) Acrescentar a participação de um representante do Museu de Alberto Sampaio pelo enquadramento específico dessa instituição para esta Comissão. 3 – Pensamos que se impõe um acompanhamento político permanente dos apoios concedidos, mediante relatórios com periodicidade pré-determinada. Sugere-se: Acrescentar um artigo que determine que a CMG elabore um relatório quinquenal do qual conste a disponibilização da relação dos bolseiros apoiados, do seu objecto de investigação, da duração da mesma e dos montantes financeiros atribuídos”. -----

PESSOAL – ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM

PESSOAL – Presente a seguinte proposta dos Vereadores Domingos Bragança e José Augusto Araújo: “**1.** Considerando que: **a)** Nos termos do artigo 7º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, em consonância com o disposto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, compete ao **órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:** **i)** Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou; **ii)** Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos

trabalhadores que se mantenham no exercício de funções; **iii)** Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço. **b)** Nos termos dos artigos 46º, 47º, 48º, 74º e 75º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, em consonância com o disposto nos artigos 7º, 8º e 13º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, compete ao órgão executivo fixar, os montantes máximos com as alterações de posicionamento remuneratório e prémios de desempenho, bem como, de forma fundamentada, os respectivos universos dos cargos, carreiras e categorias onde as alterações de posicionamento remuneratório e a atribuição de prémios de desempenho podem ter lugar, com as desagregações que se entender necessárias. **c)** Nos termos do n.º 4 do artigo 7º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, o prazo para a tomada das decisões supra referidas é de 15 dias úteis após o início da execução do orçamento. **d)** Nos termos do n.º 5 do artigo 46º, n.º 2 do artigo 74º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro em consonância com o disposto no n.º 5 do artigo 7º e n.º 2 do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, as referidas decisões são tornadas públicas pelo órgão executivo, através de afixação em local adequado das suas instalações e de publicação no respectivo sítio na Internet. **e)** Nos termos do n.º 5 do artigo 7º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, quando não seja utilizada a totalidade das verbas orçamentais destinadas a suportar o tipo de encargos referido na alínea *b)* do n.º 1 (recrutamento e alterações de posicionamento remuneratório), a parte remanescente acresce às destinadas a suportar o tipo de encargos referido na alínea *c)* do mesmo número, ou seja, prémios de desempenho. **2.** Para efeitos do cumprimento do supra exposto, propõe-se: **a) Recrutamento para ocupação de novos postos de trabalho**, previstos no



mapa de pessoal aprovado por deliberação da Assembleia Municipal datada de 21 de Dezembro de 2009: Dotação de 1.218.692,12 € (um milhão, duzentos e dezoito mil, seiscentos e noventa e dois euros e doze cêntimos); **b) Alterações de posicionamento remuneratório:** b.1) Alterações de posicionamento remuneratório obrigatórias: Universo dos trabalhadores que preencham os requisitos legais previstos no n.º 6 do artigo 47º da Lei n.º 12-A/2008 de Fevereiro. Dotação de 95.086,74 € (noventa e cinco mil e oitenta e seis euros e setenta e quatro cêntimos) – Rubrica orçamental 01.01.04.02; b.2) Alterações de posicionamento remuneratório não obrigatórias: Dotação de 0,00 € (zero euros), não existindo universo aplicável. **c) Prémios de desempenho:** Está inscrita uma dotação de 86.000 € (oitenta e seis mil euros) na rubrica orçamental 02.01.13, valor que se propõe ser reafectado a outras necessidades, não se atribuindo os prémios de desempenho relativos à avaliação de 2009, tal como em anos anteriores”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DO CARGO DE DIRIGENTE DE DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE PROJECTOS E PLANEAMENTO URBANÍSTICO – Presente a seguinte proposta

do Presidente da Câmara: “1 – O Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, Arq.º Vítor Manuel Faria Abreu Fernandes, solicitou a cessação da sua comissão de serviço do cargo dirigente. 2 – Atendendo aos motivos alegados a solicitada cessação de comissão de serviço mereceu concordância e produziu efeitos a partir do dia 5 de Janeiro de 2010, por meus despachos datados de 9 de Dezembro de 2009 e 5 de Janeiro de 2010, respectivamente. 3 – Considerando que é fundamental e

indispensável assegurar a direcção do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, de forma a dar continuidade às respectivas atribuições, deverá ser aberto procedimento concursal para provimento do cargo dirigente de Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico. 4 – Assim, nos termos do disposto no art. 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, submeto a deliberação da Câmara Municipal abertura do referido procedimento concursal”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – RECRUTAMENTO DE ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA A DIVISÃO DE SALUBRIDADE E AMBIENTE

– Presente a seguinte informação da Directora do Departamento de Recursos Humanos e Sistemas de Informação: “Foi solicitado pela Divisão de Salubridade e Ambiente o recrutamento de 10 assistentes operacionais para os Serviços de Jardins, 12 assistentes operacionais para os serviços de limpeza e 2 assistentes operacionais para o canil/gatil, conforme informações juntas em anexo. Atendendo ao disposto no artº 4º do Decreto-Lei nº 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o nº 2 do art. 6º da Lei nº 12-A/2008 de 11 de Setembro, informo que a decisão da promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. Pelo que, o presente pedido de recrutamento deve ser submetido a deliberação da Câmara Municipal. Para efeitos do referido recrutamento informa-se que existem os postos de trabalho solicitados, no mapa de pessoal afecto ao Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente e devida previsão orçamental. Mais informo que, para provimento dos referidos postos de trabalho não estão constituídas reservas de recrutamento neste Município e em



virtude de não ter sido ainda publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento pela Entidade Centralizadora para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), fica o Município temporariamente dispensado da obrigatoriedade de consulta prévia à referida entidade. Pelo exposto, deverá ser aberto procedimento concursal comum nos termos da Portaria nº 83-A/2009 de 22 de Janeiro”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PESSOAL – RECRUTAMENTO DE COLABORADORES PARA POSTOS DE TRABALHO VAGOS POR MOTIVO DE APOSENTAÇÃO PARA A DIVISÃO DE SALUBRIDADE E AMBIENTE

– Presente a seguinte informação da Directora do Departamento de Recursos Humanos e Sistemas de Informação: “Foi solicitado pela Divisão de Salubridade e Ambiente o recrutamento, por tempo indeterminado, de 4 colaboradores para o desempenho de funções nos serviços de jardins e limpeza pública, para ocupação dos postos de trabalho vagos por motivo de aposentação, conforme informação junta em anexo. Atendendo ao disposto no art.º 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, em conjugação com o n.º 2 do art.º 6º da Lei n.º 12-A/2008, de 11 de Setembro, informo que a decisão da promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município, pelo que o presente pedido de recrutamento deve ser submetido a deliberação da Câmara Municipal. Para efeitos do referido recrutamento informa-se que os postos de trabalho, cuja ocupação agora se solicita, se encontram previstos no mapa de pessoal aprovado, dispondo da devida previsão orçamental. Mais informo que, para provimento dos referidos postos de trabalho, não estão constituídas reservas de recrutamento neste Município e

em virtude de não ter sido ainda publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento pela Entidade Centralizadora para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), fica o Município temporariamente dispensado da obrigatoriedade de consulta prévia à referida entidade. Pelo exposto, deverá ser aberto procedimento concursal comum nos termos da Portaria n.º83-A/2009, de 22 de Janeiro". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – PROGRAMA PARA A INCLUSÃO E CIDADANIA (PIEC) – INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P. – CONCESSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Como é do conhecimento superior, a Equipa Móvel e Multidisciplinar do Vale do Ave (PETI) ao qual sucedeu o Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC) tem vindo a desenvolver respostas *educativas/formativas* em alternativa ao ensino regular através da medida PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação. Nesse sentido foi constituída uma turma com 15 alunos na sua maioria jovens de etnia cigana residentes em habitações sociais do Concelho, cujo objectivo é a conclusão do 2º ciclo e terá lugar na EB1/JI Nossa Sra. da Conceição/Fermentões, pelo que vem aquela Equipa solicitar e à semelhança de anos transactos, a colaboração da Autarquia para a concessão de transporte escolar em carreira pública. Atendendo a que: este projecto decorre da necessidade de assegurar a continuidade do percurso escolar deste grupo de jovens, que de outra forma abandonaria precoce e definitivamente o sistema de ensino, esperando que este programa, com a flexibilidade e adaptabilidade que oferece, permita a conclusão da escolaridade obrigatória, mantendo os alunos vinculados à escola e a este



Agrupamento em particular; os alunos são oriundos de agregados familiares com graves carências económicas, com pouca cultura escolar e com forte desestruturação familiar; a idade dos menores que vão integrar aquela turma é igual ou superior a 15 anos, e não se encontram abrangidos pelo Decreto-lei nº 299/84 de 5 de Dezembro, propõe-se que seja celebrado com o PIEC um *Acordo de Colaboração* para a concessão de Transporte Escolar, a vigorar de Janeiro a Julho de 2009. Mais se informa que o transporte vai implicar à Autarquia o custo mensal previsível de 750.00€, e que para efeitos de cabimentação de verbas deverá ser utilizada a proposta nº 4444, do plano de transportes escolares para o ano lectivo 2009/10, aprovado em Reunião de Câmara de 21 de Maio de 2009. Junto se anexa dois exemplares do *Acordo de Colaboração* a celebrar entre as entidades. Á consideração superior". O referido Acordo de Colaboração dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

COMISSÃO DE ANÁLISE E CERTIFICAÇÃO DOS BORDADOS REGIONAIS DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta:

"Em reunião realizada em 9 de Novembro de 2000, aprovou esta Câmara o Regulamento de Atribuição do Selo de Garantia de Autenticidade dos Bordados Regionais de Guimarães que prevê, no seu Artigo 3º, a nomeação, por parte da Autarquia, dos membros da Comissão de Análise e Certificação, bem como a fixação do montante das senhas de participação daqueles membros nas reuniões da Comissão (Artigo 8º). Assim, em cumprimento daquelas disposições cumpre-me propor que, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, sejam mantidos os elementos da Comissão actualmente em funções, bem como o montante das referidas senhas de presença. Deste modo, em caso de aprovação

desta proposta, os membros da Comissão serão: **Efectivos** – Dra. Isabel Fernandes, Directora do Museu Alberto Sampaio; Professora Maria Amélia Ferreira Miranda; Professora Maria do Céu Oliveira Freitas; Artesã Maria da Conceição Miranda Ferreira e Artesã Maria Isabel Vales Oliveira. **Suplentes** – Artesã Maria do Rosário Ribeiro Pereira e Artesã Adélia Mendes Faria. Por outro lado, o montante da senha de presença continuará a ser de €74,16 (setenta e quatro euros e dezasseis cêntimos)”. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR VOTAR A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO NO SEU CONJUNTO. DELIEBRADO, POR UNANIMIDADE E ESCRUTÍNIO SECRETO, APROVAR A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE O MONTANTE DA SENHA DE PRESENÇA A ATRIBUIR AOS MEMBROS DA COMISSÃO.** -----

1.º CONCURSO DE ESPANTALHOS DA HORTA PEDAGÓGICA DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “O Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente (DSUA) da Câmara Municipal de Guimarães propõe-se promover o primeiro Concurso de Espantalhos da Horta Pedagógica, iniciativa que visa dinamizar o espaço, unindo gerações e tradições com a arte no mundo rural. Com o objectivo de envolver toda a comunidade local, o concurso destina-se não só aos utilizadores da Horta Pedagógica (que colocarão os seus espantalhos nos respectivos talhões), como a todas as escolas e lares de idosos do Concelho (cujos trabalhos serão expostos nos espaços envolventes da Horta), terminando as inscrições no dia 26 de Fevereiro. Deste modo, proponho a realização do 1.º Concurso de Espantalhos da Horta Pedagogia de Guimarães mediante a aprovação do regulamento anexo”. O referido Regulamento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



TRANSPORTES – CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DO CARMO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 12 de Janeiro de 2010, que disponibilizou, ao Centro Social Nossa Senhora do Carmo, o transporte, em autocarro, dos seus utentes à Casa do Povo de Briteiros, no dia 20 de Janeiro. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – FREGUESIA DE RENDUFE – REABILITAÇÃO DA SEDE DE JUNTA DE FREGUESIA – REFORÇO DE VERBA – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Em reuniões de Câmara de 14 de Junho de 2007, 29 de Maio de 2008 e 23 de Abril de 2009 foram atribuídos subsídios à Junta de Freguesia de Rendufe nos valores, respectivamente, de €12.833,08; €12.856,46 e €12.856,46, perfazendo um total de €38.546,00, valor este já pago através de autos de medição, elaborados pelo Departamento de Obras Municipais. De acordo com a informação prestada por aquele Departamento, o custo total da obra já executada estima-se em €86.803,27, em muito superior aos subsídios que lhe foram atribuídos. Assim, para fazer face às despesas da referida Junta de Freguesia, com a execução da obra de reabilitação, enquadrada nas prioridades definidas pela Câmara Municipal, proponho a atribuição de um subsídio no valor de €48.257,00 à Junta de Freguesia de Rendufe”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 08.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BALAZAR – ZONA DE LAZER JUNTO DA EN 101 – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Junta de Freguesia de Balazar solicitou à Câmara Municipal um apoio, através da concessão de

um subsídio, destinado ao pagamento de mesas em granito, colocadas na zona de lazer, junto da EN 101. Considerando ser uma área de merendas na margem da estrada de atravessamento freguesias, com tradição na paragem dos automobilistas, de interesse para apreciação do denominado “Vale de Balazar”, proponho, pelo interesse da instalação deste equipamento, a atribuição de um subsídio no valor €8.550,00 (oito mil quinhentos e cinquenta euros), à Junta de Freguesia de Balazar”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DAS TAIPAS – APOIO À UNIDADE LOCAL DE FORMAÇÃO

– Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas concluiu recentemente, na freguesia de Souto S. Maria, as obras de construção de uma Unidade Local de Formação da Escola Nacional de Bombeiros, única no Norte do país, que permite a realização de cursos práticos de incêndios urbanos e florestais, e que tem sido altamente elogiada pela diversas entidades da tutela e pelos seus utilizadores. O custo estimado desta obra foi, na altura, de cerca de €20 000,00 euros, tendo a Câmara Municipal de Guimarães atribuído, por deliberação de 4 de Junho de 2009, um subsídio de €10 000,00 euros. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas vem agora informar que o investimento total nessa Unidade de Formação foi bastante superior, confirmado por documentos que suportam o pedido, pelo que solicita um novo apoio extraordinário para fazer face a esse acréscimo. Propõe-se a concessão de um novo apoio, no valor de €5 000,00 euros (cinco mil euros)”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica



08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28 e 34 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CASA DO POVO DE BRITEIROS – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Briteiros é uma IPSS que presta serviços em várias valências sociais, nomeadamente uma Creche, Apoio domiciliário, e um Centro de convívio para Idosos. No último ano de 2009, realizou várias obras nas suas instalações e adquiriu novo equipamento sem qualquer apoio financeiro, para o que contraiu despesas, no valor de €20.815,65, que não está em condições de satisfazer, tendo solicitado apoio municipal. Considerando o efectivo trabalho social realizado que centraliza numa área composta por sete freguesias e envolvendo vinte e quatro postos de trabalho, proponho a atribuição de um subsídio

de €20 000,00 (vinte mil euros), a ser pago após auto de medição do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 08.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28 e 34 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIO – CENTRO SOCIAL RECREATIVO E CULTURAL DE CAMPELOS – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social e Recreativo de Campelos desenvolve uma intensa actividade cultural e social, nomeadamente no apoio a idosos, dispondo de um quadro de pessoal com formação para os cuidados prestados. Durante vários anos, essa prestação de cuidados foi apoiada por



um protocolo celebrado com o Instituto de Emprego e Formação Profissional para a criação de emprego, não renovável. Após o seu termo, o referido Centro Social procurou junto do Centro Regional de Segurança Social a celebração de um acordo de cooperação que permitisse a continuação da sua intervenção, o qual se encontra em vias de ser celebrado. Entre o termo do protocolo com o IEFP e a celebração do acordo de cooperação com o CRSS, estão a decorrer meses em que a referida instituição não dispõe de apoios para garantir a prestação dos cuidados que desenvolve, a qual porém tem mantido com grande esforço dos utentes e com verbas angariadas junto da população, tendo solicitado à Câmara Municipal o seu apoio. Considerando as consequências sociais que teriam para os idosos beneficiados a interrupção dos cuidados prestados, enquanto não é celebrado o acordo de cooperação atrás indicado, proponho que seja atribuído o subsídio de 10 000,00€ (dez mil euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28 e 34 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002

(nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente

a seguinte proposta: “O Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães desenvolve, ao longo do ano, várias actividades culturais, desportivas e recreativas, as quais têm merecido sempre o apoio municipal. Considerando a importância das acções e iniciativas levadas a cabo que fomentam um salutar ambiente de trabalho, proponho, ao abrigo do disposto na alínea o), do nº 1, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja atribuído um subsídio superior ao do ano anterior em €2.500,00, totalizando, assim, €33 400,00 (trinta e três mil e quatrocentos euros), em virtude do acréscimo de trabalhadores verificado na Autarquia.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28 e 34 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam



a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – CLUBE DESPORTIVO XICO ANDEBOL – TORNEIO INTERNACIONAL DE ANDEBOL – Presente a seguinte proposta: “O Clube Desportivo Xico Andebol desloca-se em Fevereiro à Sérvia para participar num Torneio Internacional de Andebol, após ter sido apurado em fases anteriores. Dados os custos financeiros da deslocação e estadia, solicitou apoio municipal, como sucedeu nas anteriores deslocações. Considerando a referência, a nível nacional e da cidade, na modalidade, que têm as equipas desta novel colectividade, herdeira da história do Desportivo Francisco de Holanda, e a importância da participação internacional para o desenvolvimento desportivo dos seus jovens atletas, proponho que seja concedido um subsídio de €2 000,00 (dois mil euros) para apoio à referida deslocação, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Os Vereadores

José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28 e 34 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como "pouco fiável" o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios". -----

SUBSÍDIOS – GUIMARÃES RUGBY UNION FOOTBALL CLUBE – APOIO À FORMAÇÃO – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: "O Guimarães Rugby Union Football Clube (GRUFC) é uma associação desportiva vimaranense criada em 2008, com o objectivo de dinamizar a modalidade de rãguebi no nosso Concelho, tendo nascido da vontade de um conjunto de pessoas que decidiram assumir os destinos da Escola de Raguebi criada pela Tempo Livre em 2007. A iniciativa da Tempo Livre, que resultou na adesão de mais de 150 jovens para a prática de uma modalidade sem tradição local, estava condicionada no seu desenvolvimento pela impossibilidade estatutária de assumir a vertente competitiva, pelo que foi lançado um repto aos pais e



familiares dos atletas para criarem um clube que permitisse a entrada do clube nos quadros competitivos regionais e nacionais, repto esse que teve uma resposta muito positiva, resultando na criação desta associação. Logo no seu primeiro ano de existência, conseguiram sensibilizar várias dezenas de jovens para a prática da modalidade, participando em campeonatos e torneios organizados sob a égide federativa em todos os escalões. Ainda sem instalações desportivas de apoio próprias, vão utilizando os campos construídos pela Tempo Livre na Pista de Atletismo de Gémeos Castro para treinos e jogos, assumindo os encargos resultantes desse aluguer. Assim, tendo em conta que a criação do clube implicou um fortíssimo investimento na aquisição de equipamentos, aluguer de recintos desportivos para treino e jogos, deslocações e inscrições federativas; e pela impossibilidade de apoiar o GRUFC no âmbito da deliberação da Câmara Municipal de atribuição de Subsídios aos Clubes Desportivos para a época 2008-2009, pela circunstância de o râguebi não constar da lista de modalidade apoiadas, propõe-se a atribuição de um subsídio de €5 000,00 euros (cinco mil euros) ao Guimarães Rugby Union Football Clube para apoio à sua formação desportiva”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28 e 34 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por

parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS - DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA MECÂNICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO – Presente a seguinte proposta:

“Em 2008 e 2009 foram aprovadas propostas de apoio ao Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade do Minho para a produção de um carro de baixo consumo e para a sua participação nas provas da Maratona Shell na Alemanha e Inglaterra. Para o corrente ano de 2010, o projecto continuará com a introdução de novas alterações no motor e participações em novas provas nos mesmos países, o que implicará um orçamento de €17 491 (dezassete mil quatrocentos e noventa e um euros). Para o seu desenvolvimento, o referido Departamento está a angariar patrocínios e solicitou à Câmara a sua adesão. Considerando o investimento em Inovação e Desenvolvimento que o projecto representa, a divulgação de Guimarães CEC 2012 que a equipa apresentará nas provas em que vai participar, e a colaboração que sempre tem sido mantida com a Universidade neste tipo de projectos, proponho a atribuição de um subsídio de €5 000,00 (cinco mil euros), idêntico ao atribuído em 2009, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de



11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28 e 34 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como "pouco fiável" o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios". -----

SUBSÍDIOS – DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO – CONFERÊNCIA INTERNACIONAL – Presente a seguinte proposta: "O Departamento de Informática da Universidade do Minho promove em 25 e 26 de Março próximos uma Conferência Internacional, cujas sessões técnicas decorrerão em Braga, tendo lugar a parte social em Guimarães com um Jantar na Pousada de Santa Marinha e uma visita à nossa cidade, para o qual solicitou apoio logístico. Considerando a colaboração sempre existente com a Universidade

na realização destes eventos, proponho que seja cedido transporte no Autocarro da Câmara, organizada uma visita guiada à cidade com apoio dos Serviços de Turismo, e oferecido material de promoção turística, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro". **DELIBERADO APROVAR**

POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – SARAU DA UNAGUI – REALIZAÇÃO DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIO – Presente a seguinte proposta:

"Com vista à realização do seu Sarau anual, a UNAGUI – Cooperativa Social e Cultural de Guimarães, CRL (Universidade do Autodidacta e da Terceira Idade) solicitou à Câmara Municipal de Guimarães que, ao abrigo do protocolo existente com a Universidade do Minho, lhe fosse cedido o Auditório da Universidade do Minho e o recurso aos seus técnicos de operação de som e luz, o que implica a realização de trabalho extraordinário nos dias 22, 23 e 24 de Janeiro. Assim, em reconhecimento da importância da actividade desenvolvida pela UNAGUI e, particularmente, do evento em causa, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal de Guimarães autorize a realização de trabalho extraordinário por parte dos dois assistentes operacionais que prestam serviço no Auditório da Universidade do Minho, cuja prestação é imprescindível à realização do Sarau Cultural da UNAGUI 2010". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

SUBSÍDIOS – ORFEON DE S. TIAGO DE RONFE – JANEIRAS 2010 – Presente a seguinte proposta: "O Orfeon de S. Tiago de Ronfe promoveu no dia 14 de Janeiro a sua habitual iniciativa de



cantar as “Janeiras” em vários pontos do concelho, incluindo nesse percurso a Câmara Municipal. Considerando o exemplo seguido no ano anterior e o interesse cultural da iniciativa, proponho que seja ratificado o meu despacho que atribuiu a concessão de um subsídio de €150,00 (cento e cinquenta euros) ao Centro Social Paroquial de Ronfe, onde se integra o referido Orfeão, para apoio a essa realização, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores José Manuel Antunes e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores eleitos na lista do PSD votaram favoravelmente os pontos 28 e 34 e 37 da agenda desta reunião, na medida em que os dados disponíveis apontam para uma apreciação favorável dessas matérias. Não obstante o sentido de voto, os vereadores eleitos nas listas do PSD lamentam a ausência de mecanismos de atribuição rigorosa e transparente de subsídios e de apoios por parte da CMG, tal como foi proposto pelos vereadores do PSD no mandato anterior, em reunião da CMG de 14 de Fevereiro de 2002 (nomeadamente com a criação de programas específicos de apoio a iniciativas das associações e instituições e a criação de uma comissão consultiva de avaliação das referidas candidaturas) e chumbada pelo PS, apesar do Sr. Presidente da CMG ter reconhecido então a necessidade de alterar as regras de atribuição de subsídios e apesar do relatório de auditoria do Tribunal de Contas nº 6/2003 ter considerado como “pouco fiável” o sistema de controlo interno para a atribuição de subsídios”. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GUARDIZELA –

FESTA EM HONRA DE SANTA LUZIA – ILUMINAÇÕES

PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Guardizela um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa em Honra de Santa Luzia, realizada entre os passados dias 11 e 13 de Dezembro, num máximo de €30,18. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PRAZINS SANTA EUFÉMIA – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Prazins Santa Eufémia um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa de Natal, realizadas entre os dias 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, num máximo de €196,93. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR – FESTAS DO MENINO – ILUMINAÇÕES

PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Souto S. Salvador um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas do Menino, realizadas entre os dias 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, num máximo de €105,24. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE LEITÕES – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Leitões um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa de Natal, realizadas entre os dias 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, num máximo de €86,06. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GÉMEOS – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Gémeos um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas do Menino, realizadas entre os dias 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, num máximo de €50,74. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PRAZINS SANTO TIRSO – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Prazins Santo Tirso um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa de Natal, realizadas entre os dias 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, num máximo de €113,04. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica

01.03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CALDELAS – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Caldelas um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa de Natal, realizada entre os dias 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, num máximo de €484,47. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SILVARES – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Silvares um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa de Natal, realizada entre os dias 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, num máximo de €37,04. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa de Natal, realizadas entre os dias 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, num máximo de



€105,24. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente,

para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Sande Vila Nova um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa de Natal, realizada entre os dias 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, num máximo de €120,19. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE VERMIL – FESTAS DO MENINO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para

ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Vermil um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas do Menino, realizadas entre os dias 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, num máximo de €165,98. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BARCO – FESTAS DO MENINO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para

ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Barco um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas do Menino, realizadas entre os dias 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010,

num máximo de €72,79. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – FESTAS DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Barco um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas de Natal, realizadas entre os dias 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, num máximo de €84,09. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GANDARELA – FESTA DO SENHOR DO PADRÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Gandarela um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa do Senhor do Padrão, realizadas entre os dias 23 e 26 de Dezembro de 2009, num máximo de €60,00. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CORVITE – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Corvite um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Festa de Natal,



realizadas entre os dias 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, num máximo de €119,80. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE OLEIROS – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu, à Junta de Freguesia de Oleiros, um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações da Festa de Natal, realizada entre os dias 15 de Dezembro de 2009 e 6 de Janeiro de 2010, num máximo de €103,72. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE OLEIROS – FESTAS DO PADROEIRO S. VICENTE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Oleiros um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela ornamentações das Festas do Padroeiro S. Vicente, a realizar nos dias 23 e 24 de Janeiro, num máximo de €81,10. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE MASCOTELOS – FESTA EM HONRA DE SANTO AMARO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 14 de Janeiro de 2010, que concedeu à Junta de Freguesia de Mascotelos um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pela

ornamentações da Festa em Honra de Santo Amaro, a realizar entre os próximos dias 7 e 17 de Janeiro, num máximo de €88,24 (oitenta e oito euros e vinte e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ---**

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----